



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

IOLANDA PEREIRA DA SILVA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**GUARABIRA – PB
2014**

IOLANDA PEREIRA DA SILVA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: José Otávio da Silva

**GUARABIRA – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Iolanda Pereira da
Avaliação da aprendizagem na educação infantil [manuscrito]
: / Iolanda Pereira da Silva. - 2014.
40 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: José Otávio da Silva, Departamento de
Educação".

1. Educação Infantil. 2. Avaliação. 3. Aprendizagem. I.
Título.

21. ed. CDD 372.21

IOLANDA PEREIRA DA SILVA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em, 19 / 07 / 2014

Banca Examinadora:



José Otávio da Silva/UEPB/CH/DE

Orientador



Profª Mônica de Fátima Guedes de Oliveira/UEPB/CH/DE

Examinadora



Profª Ms. Vanusa Valério dos Santos/UEPB/CH/DE

Examinadora

GUARABIRA

2014

DEDICATÓRIA

Ao Deus e Senhor da vida,
Aos meus pais João e Livramento pelo incentivo
amor e carinho.
A todas as pessoas que fazem a diferença em minha
vida aos amigos e familiares especialmente aqueles
torcem e acreditam em mim.
Pela amizade e carinho, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus autor e Senhor da vida pela grandiosidade de seu amor por nós.

A Belarmino, coordenador do curso de especialização pelo seu empenho.

Ao Orientador José Otavio, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao professor Luciano Nascimento, por fazer a diferença em minha aprendizagem.

Aos colegas de curso, pelo companheirismo e apoio.

Ao meu pai, meu irmão, minha cunhada e sobrinhas pelo incentivo e carinho.

A minha mãe (in memoriam), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado em todo momento dando-me força.

Aos amigos queridos que Deus me presenteou, que com suas individualidades e diferenças, me enriqueceram, me fortaleceram nos momentos de fragilidade e insegurança e contribuíram para que eu pudesse continuar... A vocês toda a minha gratidão e reconhecimento: Cicero Braz, Denise, Márcia Albuquerque, Rosa Braz, Walber, Pe. Silva, Irene, Sara e Polyanna.

Obrigada por tudo.

A ação avaliativa mediadora se desenvolve em benefício do educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado.
(HOFFMANN, 2003)

RESUMO

Avaliar a aprendizagem na Educação Infantil, nada mais é que comparar o realizado pela criança com padrões de desenvolvimento e aprendizagem previamente definidos e estáticos, objetivando apenas verificar os conhecimentos e habilidades alcançados para proceder à classificação à hierarquização dos “melhores” até os “não tão bons”. O modelo classificatório não pode se fazer presente na educação infantil, principalmente porque a avaliação deve estar continuamente a serviço da prática pedagógica para melhorá-la e, em consequência, favorecer e aperfeiçoar a aprendizagem e o desenvolvimento. O exercício do processo avaliativo preocupado com a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento, a implementação de uma avaliação formativa, principalmente na educação infantil, precisará a cada dia configurar-se como realidade. A presente pesquisa pautou - se nas leituras reflexivas e interpretativas propostas por vários teóricos, a exemplo de: ESTEBAN (1993), LUCKESI (1995), HOFFMANN (2006), RAPHAEL (1998), FERREIRA (2007), e outros, referendados nas entrelinhas do texto em pauta, cuja composição é centrada nas informações colhidas no material de leitura. A pesquisa é composta de duas seções, onde a primeira aborda o conceito de avaliação no que concerne à Educação Infantil; na segunda, houve uma atenção maior no que diz respeito à descrição e análise de práticas avaliativas adequadas para a Educação Infantil. Intenta-se com esse trabalho oferecer subsídios aos iniciantes ou aqueles que são alheios ao exercício de uma avaliação de cunho formativa. Os métodos utilizados para a coleta de dados foram observações diretas em estágio supervisionado e entrevistas realizadas junto a docentes da Escola Municipal de Educação Infantil Ilma de Souza Ramalho. Os dados foram sistematizados em categorias de análises e interpretações à luz das teorias abordadas. Os resultados sinalizam que o processo de avaliação é essencial à educação, é através dela que se define essa ação como julgamento de valor dos resultados alcançados na prática de ensino.

Palavras- Chave: Educação Infantil. Avaliação da aprendizagem. conhecimento

ABSTRACT

Assess learning in kindergarten, nothing more is done to compare the child with pre-defined and static patterns of development and learning, aiming only to verify the knowledge and skills to undertake the classification achieved the ranking of the "best" to the "not so good ". The classification model can not be present in early childhood education, mainly because the assessment must be continuously in the service of teaching practice to improve it and, consequently, promote and optimize learning and development. The Office of the evaluation process concerned with the promotion of learning and development, the implementation of formative assessment, especially in early childhood education, you need every day to set yourself up as reality. This research was based on proposals reflective and interpretive readings by many theorists, like: ESTEBAN (1993), Luckesi (1995), Hoffmann (2006), Raphael (1998), Ferreira (2007), and others, countersigned between the lines of text in question, whose composition is centered on the information gathered in the reading material. The survey consists of two sections, where the first covers the concept of evaluation regarding the Early Childhood Education; in the second, there was greater attention with regard to the description and analysis of appropriate assessment practices for Early Childhood Education. It intends with this job offer support to beginners or those who are oblivious to the exercise of a formative evaluation of nature. The methods used to collect data on direct observation and supervised practice interviews with teachers of Municipal Preschool Ilma de Souza Ramalho. The data were organized into categories of analysis and interpretation in the light of the theories discussed. The results indicate that the evaluation process is essential to education, it is through it that defines this action as a value judgment of the achievements in teaching practice.

Keywords: Childhood Education. Review and learning. knowledge

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Contextualização	3
2.1 Avaliação: Ferramenta de Orientação da Aprendizagem	3
2.2 Avaliação e Intervenção	5
2.3 Avaliação da Aprendizagem Escolar	7
2.3.1 O significado de Avaliar	7
2.4 Tipos de Avaliação	10
2.4.1 Avaliação Formal e Avaliação Informal	10
3. Instrumentos de Avaliação de Aprendizagem Escolar	14
3.1 A Verificação do Rendimento Escolar Observará os Seguintes Critérios	16
3.2 A Avaliação e o Legalismo	17
4. Procedimentos Metodológicos	20
4.1 Análise e Interpretação de Resultados	21
5. Considerações Finais	25
6. Referências Bibliográficas	26

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, por ser a modalidade de ensino que é a base na construção do conhecimento, ao longo do tempo, o seu público alvo vem sendo o centro das atenções que tem levado a uma grande demanda de mudanças, exigindo-se cada vez mais um compromisso maior com a formação e com o desenvolvimento da criança.

No Brasil, as crianças de zero a seis anos, somente passaram a ter um tratamento diferenciado, quando da integração à política nacional de educação, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, em creches e pré-escolas, até então, essa faixa etária era subjugada às políticas de assistência social. Mas, só a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica.

Nos idos da década de 1980, várias estudos realizadas já mostravam que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano, e a formação da inteligência e da personalidade, entretanto, até 1988, a criança brasileira com menos de sete anos de idade não tinha direito à Educação. A Constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado.

As idéias a respeito da Educação Infantil, nos dias atuais, nos remetem a uma nova visão de mundo infantil e às propostas educacionais mais ousadas e eficazes, que tende a revolucionar o atendimento destinado à faixa etária pertinente (de zero a seis anos). Isso porque, ao longo dos últimos anos, o conceito de infância foi sendo modificado em consonância com as transformações impostas pelas novas tendências geridas pelo tempo.

Em um passado não muito remoto, a política do assistencialismo prevalecia no campo da educação infantil, como se esse tempo e espaço de formação cumprissem apenas a missão de “[...] atender às necessidades da mãe trabalhadora de ‘guardar’ as crianças, liberando a mãe para o trabalho” (GARCIA, 1993, p.9), progressivamente, fortaleceu-se a compreensão de que aprendizagem e desenvolvimento precisam ser assegurados nos contextos escolares desde a mais tenra idade.

Com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996), cuja vigência passa a garantir a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica, conquista histórica, que retirou as crianças pobres das instituições vinculadas a órgãos de assistência social. A educação infantil precisa reconhecer e respeitar a especificidade da

criança de zero a cinco anos. As formas de ensinar precisam ser adequadas às particularidades desse educando em formação, bem como, os procedimentos avaliativos, necessitam voltar-se para a compreensão dos processos de apropriação e construção do saber, antes de ater-se a produtos e padrões – tão frequentes nas demais etapas de escolarização. O aprendizado não pode ser apenas reprodução de respostas mecanizadas, seguindo um modelo padrão. Conforme leciona Estefan (1993): “a criança deve ser avaliada em função deste padrão e permanentemente moldada até que se encaixe perfeitamente, sem resistências, sem que se tenha que forçar, no espaço reservado para ela”.

Nesse entendimento, avaliar, nada mais é que comparar o realizado pela criança com padrões de desenvolvimento e aprendizagem previamente definidos e estáticos, objetivando apenas verificar os conhecimentos e habilidades alcançados para proceder à classificação, à hierarquização dos “melhores” até os “não tão bons”.

O modelo classificatório não pode se fazer presente na educação infantil, principalmente porque a avaliação deve estar continuamente a serviço da prática pedagógica para melhorá-la e, em consequência, favorecer e aperfeiçoar a aprendizagem e o desenvolvimento.

O avaliador precisa ser sensível: ter um olhar clínico apurado e ouvidos aguçados para ouvir a “voz do coração” do aluno, em avaliação, pois como afirma Luckesi, (1995): “Avaliar é um ato de amor a revelar-se na acolhida e não no julgamento”. O exercício de um processo avaliativo preocupado com a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento, a implementação de uma avaliação formativa, principalmente na educação infantil, precisará a cada dia mais um pouco – configurar-se realidade.

2. Contextualização

2.1 Avaliação como Ferramenta de Orientação da Aprendizagem

A avaliação é comparável a uma vitrine de um Shopping Center, onde todas as controvérsias da educação são expostas à exibição. Hoje a avaliação tem que ter uma flexibilidade, voltada para o avaliado (criança) e não apenas obedecer rigorosamente ao currículo escolar e um planejamento pré-determinado, mas voltados para as concepções que as crianças já possuem em torno do conteúdo em estudo, podendo o professor acrescentar algo a mais à aprendizagem da criança. Avaliar não se restringe apenas em medir conhecimentos, comparar ou julgar, ela se destina a obter informações e oferecer subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento das crianças e ampliar os seus conhecimentos, representando uma importância social e política fundamental no fazer educativo.

O ato de avaliar transcende a visão ofuscada de olhar para as crianças como seres meramente observados, ou seja, a intenção pedagógica avaliativa deve propiciar mecanismos para o professor, criar objetivos e planejar atividades adequadas, dando-lhe assim um referencial para esta observação, tornarem-se claro a necessidade de se construir conhecimentos e reflexão por parte de educadores acerca do processo avaliativo formal na Educação Infantil. Avaliar não se restringe apenas em medir conhecimentos, comparar ou julgar, ela se destina a obter informações e oferecer subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento das crianças e ampliar os seus conhecimentos, representando uma importância social e política fundamental no fazer educativo.

Existe um distanciamento muito grande entre o discurso e a prática de alguns educadores, principalmente em se tratando da ação classificatória e autoria exercida pela maioria, encontra explicação na concepção de avaliação do educador, reflexo de sua história de vida como aluno e professor. Há muito, a avaliação tem sido usada como instrumento de classificação e rotulação de alunos. A forma de avaliar bimestralmente era uma tortura psicológica à turma.

Felizmente, esse modelo ficou ultrapassado e, atualmente, a avaliação é vista como uma das mais importantes ferramentas à disposição dos professores para alcançar o principal objetivo da escola: fazer todos os estudantes avançarem. Pois, o importante hoje é encontrar caminhos para medir a qualidade do aprendizado da garotada e oferecer alternativas para uma

evolução mais segura. Observar, aplicar provas, solicitar redações e anotar o desempenho dos alunos durante um seminário, é algumas das formas de se avaliar, e, conforme seja a proposta pedagógica da escola, todas essas formas podem ser utilizadas em sala de aula.

"A avaliação deve ser encarada como reorientação para uma aprendizagem melhor e para a melhoria do sistema de ensino", resume Mere Abramowicz, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Daí a importância de pensar e planejar antes da propositura de um debate ou um trabalho em grupo. É por isso que, no limite, você pode adotar, por sua conta, modelos próprios de avaliar os estudantes, como explica Mere: "Felizmente, existem educadores que conseguem colocar em prática suas propostas, às vezes até transgredindo uma sistemática tradicional.

Em qualquer processo de avaliação da aprendizagem, há um foco no individual e no coletivo. Mas é preciso levar em consideração que os dois protagonistas são o professor e o aluno - o primeiro tem de identificar exatamente o que quer e o segundo, se colocar como parceiro." É por isso, diz ela, que a negociação adquire importância ainda maior. Em outras palavras, discutir os critérios de avaliação de forma coletiva sempre ajuda a obter resultados melhores para todos. "Cabe ao professor listar os conteúdos realmente importantes, informá-los aos alunos e evitar mudanças sem necessidade", completa Léa Depresbiteris, especialista em Tecnologia Educacional e Psicologia Escolar.

Cipriano Carlos Luckesi, professor de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, lembra que a boa avaliação envolve três passos:

- Saber o nível atual de desempenho do aluno (etapa também conhecida como diagnóstico);
- Comparar essa informação com aquilo que é necessário ensinar no processo educativo (qualificação);
- Tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados (planejar atividades, sequências didáticas ou projetos de ensino, com os respectivos instrumentos avaliativos para cada etapa).

"Seja pontual ou contínua, a avaliação só faz sentido quando leva ao desenvolvimento do educando", afirma Luckesi. Ou seja, só se deve avaliar aquilo que foi ensinado. Não adianta exigir que um grupo não orientado sobre a apresentação de seminários se saia bem nesse modelo. E é inviável exigir que a garotada realize uma pesquisa (na biblioteca ou na internet) se você não mostrar como fazer. Da mesma forma, ao escolher o circo como tema,

é preciso encontrar formas eficazes de abordá-lo se não houver trupes na cidade e as crianças nunca tiverem visto um espetáculo circense.

Mere destaca ainda que a avaliação sempre esteve relacionada com o poder, na medida em que oferece ao professor a possibilidade de controlar a turma. "No modelo tecnicista, que privilegia a atribuição de notas e a classificação dos estudantes, ela é ameaçadora, uma arma. Vira instrumento de poder e dominação, capaz de despertar o medo." O fato, segundo ela, é que muitos educadores viveram esse tipo de experiência ao frequentar a escola e, por isso, alguns têm dificuldade para agir de outra forma. Para Mere, essa marca negativa da avaliação vem sendo modificada à medida que melhora a formação docente e o professor passa a ver mais sentido em novos modelos. Só assim o fracasso dos jovens deixa de ser encarado como uma deficiência e se torna um desafio para quem não aceita deixar ninguém para trás.

2.2 Avaliação e Intervenção.

No que tange a forma como se deve proceder a avaliação, o avaliador deve se valer de diferentes textos, leituras e recursos pedagógicos como: som, DVD, TV, quadro, data show, celulares, entre outros, estimula a autonomia, a responsabilidade, o respeito, e a criticidade através de diferentes formas de interpretação e representação. Quanto à técnica do texto devem-se priorizar as necessidades dos alunos, auxiliando-os individualmente, deve-se também respeitar a diversidade cultural, religiosa, propor várias atividades desafiadoras aos alunos, estimular-lhes a superarem as dificuldades e a desenvolverem a criatividade através de diferentes formas de representação.

Ao professor cabe a tarefa de se manter sempre atento ao executar o seu planejamento, no intuito de inserir ao mesmo, assuntos condizentes com a faixa etária em adequação a série que as crianças estudam. Ao se adotar um currículo aberto e flexível, fica a cargo do professor e/ou da equipe pedagógica da escola decidir como e quando ensinar determinados conteúdos e como estabelecer objetivos para a etapa e avaliá-los. E ao se estruturar o Currículo em âmbito de experiência e eixos de trabalho de avaliação, estarão considerando e respeitando a criança como um ser social, integral e em franco desenvolvimento.

Poderá significar que não se pode limitar suas oportunidades de descobertas, que é

necessário conhecê-la verdadeiramente para proporcionar-lhe experiências de vida ricas e desafiadoras; procurar não fazer por ela, mas auxiliá-la a encontrar meios de fazer as coisas a seu modo. Levarem poucas atividades para casa, cerca de duas atividades por semana, o que é relevante, pois, disponibiliza um tempo maior para às brincadeiras e a utilização de materiais de cunho pedagógico, que possibilitam ao educando sentir-se membro da sociedade (comunidade) em que vive, tendo contato com outras pessoas, culturas, situações, realidades.

Gera oportunidade para a criança desenvolver a sua ludicidade de forma prazerosa; pois quando fazemos algo que realmente gostamos, assimilamos as coisas com maior facilidade. Enfim, é deixá-la ser criança. Reformulação em conjunto com professores, equipe diretiva, pais e comunidade em geral sobre os métodos de avaliação.

Muitos professores entendem que o currículo é um programa de ensino, conteúdos ou matriz curricular, que uma vez determinada, não pode ser mudado ou desvinculado da totalidade social. O processo de avaliação é essencial à educação, é através dela que se define essa ação como julgamento de valor dos resultados alcançados. O professor somente no final do bimestre ou semestre enfrenta a difícil tarefa de avaliar o aluno, sendo que muitas vezes esta passa a ser classificatória. A partir do momento, o qual, o professor não reflete sobre a ação avaliativa este se encontra apenas cumprindo exigências burocráticas da instituição de ensino.

A concepção de avaliação que marca a trajetória de alunos, educadores, até então, é a que define essa ação como julgamento de valor dos resultados alcançados. Daí a presença significativa dos elementos como prova, nota, conceito, reprovação, registro nas relações estabelecidas. A grande preocupação encontrada por pais, professores e alunos está centrada em passar de ano, muitas vezes utilizam-se de ameaças ou elementos motivadores para que este alcance a nota esperada.

A avaliação realizada pelo professor muitas vezes acaba perdendo o verdadeiro objetivo, pois não prioriza através de pareceres descritivos o que seu aluno aprendeu ou não, mas sim se centraliza o valor da nota. Embora a discussão sobre “expressão de resultados” do aluno seja muito mais séria do que definir por nota ou conceito, acredito que a adoção de conceito significa uma maior amplitude em termos de representação... (Holffmann, 1991, p. 52). A avaliação do educando deve ser voltada para que o maior interesse seja em relação à aprendizagem dos alunos, desta forma pode se dizer que ocorreu uma prática avaliativa no interesse do educando. A avaliação deve ser medidora, permitindo a expressão do aluno, pois através da espontaneidade da criança, poderá ser diagnosticado o nível de aprendizagem.

2.3 A Avaliação da Aprendizagem Escolar

A promoção do estudante para uma série mais avançada depende de uma avaliação escolar. Em geral, a prática escolar se caracteriza pela realização de atividades que visam avaliar a aprendizagem dos conteúdos ensinados/aprendidos em classe por cada aluno (a). Pode-se afirmar que a avaliação ocupa lugar central no processo educacional porque determina se o (a) aluno (a) “passa de ano” ou fica retido na mesma série.

Em geral, as atividades avaliativas são elaboradas exclusivamente pelo (a) professor (a), que também as corrige e lhes atribui uma nota ou conceito. Nas escolas brasileiras, comumente, são aplicadas ‘provas’ escritas, com a finalidade de avaliar o que o (a) aluno (a) aprendeu.

Para ‘dar uma nota’ que represente a aprendizagem dos alunos (as), o (a) docente necessita de um sistema de mensuração dos conhecimentos estudados e aprendidos durante o processo ensino aprendizagem, o qual lhe permita julgar (medir) o que foi aprendido por cada estudante durante o ano letivo. O conjunto de notas que o (a) estudante obtém, ao longo do ano escolar, define se será aprovado para a próxima série (ou ano) ou retido na mesma. . .

2.3.1 O Significado de Avaliar

Etimologicamente, o vocábulo avaliação significa “dar valor” a algo, e ‘valorar algo’, implica julgá-lo. Em relação à avaliação escolar, significa perguntar se ‘esse ou essa aluno (a) é bom/ boa ou ruim. O que fez está certo ou errado? No contexto escolar, portanto, avaliar o/a aluno (a), significa julgar a aprendizagem dos conteúdos curriculares (formais e informais) adquiridos durante a escolarização para lhes atribuir um valor.

Como exemplo temos no primeiro ciclo da educação básica (1º ao 5º ano), toda criança deve consolidar as habilidades da leitura e de escrita (alfabetização e letramento) para ser capaz de estudar conteúdos de outras disciplinas (Ciência, Matemática, Língua Portuguesa, etc.). Além disso, a criança deve adquirir e desenvolver habilidades e comportamentos que compõem a formação integral humana. A aprendizagem escolar, portanto, não se restringe à aquisição dos conhecimentos curriculares formais.

Para ‘valorar’ o que foi aprendido pelo (a) aluno (a) o professor escolhe o tipo que vai empregar elaborar e aplicar instrumentos de avaliação que, espera-se, possibilitarem a mensuração dessa aprendizagem e sua representação com uma nota numérica (ex. de 1 a 10) ou um conceito (ex. A, B, C). A tal avaliação pressupõe uma comparação qualitativa entre o que o (a) aluno (a) sabe em determinado momento e o que aprendeu (conhecimentos adquiridos) no processo de escolarização, isto é, o professor (a) verifica o progresso do (a) aluno (a).

Para tanto, o docente deve conhecer o repertório de seus alunos (o que cada um já sabe), através de levantamento de dados sobre o seu nível de leitura e de escrita, os conhecimentos adquiridos em cada disciplina, o desenvolvimento da capacidade expressiva e da compreensão, os erros de grafia, a qualidade da grafia, etc. Uma vez avaliado esse repertório de conhecimentos, o docente o compara com o que foi adquirido pelo aluno depois das aulas, durante as quais os conteúdos curriculares foram abordados.

Avaliar qualitativamente a aprendizagem escolar significa, portanto, julgar de forma acurada o que o aluno sabe e o que aprendeu durante as aulas. Assim, quanto melhor o professor conhecer seus alunos, mais fácil e efetivo será seu julgamento das aquisições/aprendizagens. Da mesma forma, a avaliação será mais acurada e justa quanto mais o docente conhecer a relação educando-conhecimento (RAPHAEL, 1998). Conforme ainda argumenta RAPHAEL (1998):

As mudanças legais, teorias e práticas que ocorreram nos últimos 25 anos, analisadas em seu conjunto, procuram levar à visão de que, enquanto produto final, a representação do rendimento escolar, seja em nota, seja em menção, deve transmitir com validade o aproveitamento do aluno em determinada área. Um dos maiores problemas para obter essa representação de forma válida é, sem dúvida, o tipo de instrumento e a utilização deste a par das práticas cotidianas. A maioria dos professores não tem clara a distinção entre mensuração e avaliação, executando muito mais o processo de medir, que evidencia quanto o aluno sabe e não o que e como sabe. (RAPHAEL, 1998, p. 20).

A autora elucida alguns pontos polêmicos na prática avaliativa escolar, que devem estar presentes na reflexão do docente sobre práticas de avaliação, conforme se destaca a seguir:

- Primeiro: a nota dada pelo professor não representa de fato o rendimento escolar do aluno, ou seja, não tem validade porque não é capaz de representar o que aprendeu;
- Segundo: o tipo de instrumento que os docentes utilizam para avaliar e valorar a aprendizagem, segundo a autora, não é eficaz;

- Terceiro: Os docentes ainda não dominam a diferença entre mensurar e avaliar.

O quadro abaixo aborda especificamente as características da mensuração e avaliação, a fim de que se possam contrastar as diferenças destes termos:

MENSURAÇÃO	AValiação
• CARÁTER QUANTITATIVO	• CARÁTER QUALITATIVO
• SISTEMA DE MEDIÇÃO – ‘O QUE O ALUNO SABE’	• SISTEMA DE JULGAMENTO BASEADO NA ANÁLISE DOS DADOS - ‘O QUE E COMO O ALUNO SABE’.
• ACONTECE EM MOMENTOS ISOLADOS, DETERMINADOS PELO DOCENTE.	• ACONTECE NO PROCESSO, EM CADA ATIVIDADE.
• NÃO REFLETE A REALIDADE DA APRENDIZAGEM DO ALUNO	• ESTÁ MAIS PRÓXIMA DA REAL APRENDIZAGEM DO ALUNO
• PRETENDE SER OBJETIVA	• INCORPORA O ELEMENTO SUBJETIVO NO PROCEDIMENTO
• AVALIA-SE PARA CLASSIFICAR E EXCLUIR	• AVALIA-SE PARA VERIFICAR O DOMÍNIO DE CONTEÚDOS E VENCER OBSTÁCULOS.

Esse quando revela que a mensuração tem como concepção pedagógica avaliar o educando para classificar e excluir, enquanto a avaliação pressupõe que se conheça o que cada aluno aprendeu para incluí-lo no processo educacional. Ao avaliar, o docente deve procurar conhecer os obstáculos que ainda serão vencidos pelo educando para assegurar a aquisição dos conteúdos curriculares trabalhados em classe. Em outras palavras, diferentemente da mensuração, a avaliação constitui um instrumento para melhorar a aprendizagem, e não, para reter o aluno que, por razões distintas, encontrou barreiras para aprender determinados conteúdos.

É evidente que o conceito de avaliação tem mais sentido pedagógico, pois busca criar condições para que cada aluno e todos os estudantes de uma turma vençam as barreiras que lhes impedem de adquirir determinados conhecimentos ou habilidades.

2.4 Tipos de Avaliação

2.4.1 Avaliação Formal e Avaliação Informal

A avaliação deve estar focada no papel do afeto nas relações pedagógicas ou no educar para o desenvolvimento e para o conhecimento/ (BRASIL, 2002, p. 18).

Uma vez entendido o que é avaliação escolar e o seu papel no contexto evolutivo da criança, intenta-se agora aprender sobre dois tipos de avaliação escolar, conforme definido a seguir:

AVALIAÇÃO FORMAL	AVALIAÇÃO INFORMAL
<ul style="list-style-type: none"> • É MAIS EXPLÍCITA E OBJETIVA 	<ul style="list-style-type: none"> • É MENOS EXPLÍCITA
<ul style="list-style-type: none"> • O DOCENTE AVALIA OS CONTEÚDOS CURRICULARES FORMAIS, OFICIAIS, CONTIDOS NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. 	<ul style="list-style-type: none"> • NÃO HÁ CONTEÚDO OU REGRAS CLARAS A SEGUIR.
<ul style="list-style-type: none"> • PROPÕE-SE A MEDIR O CONHECIMENTO DOS ALUNOS COM NOTAS OU CONCEITOS 	<ul style="list-style-type: none"> • É MAIS SUBJETIVA PORQUE, AO AVALIAR O ALUNO, O PROFESSOR INCORPORA SUAS IMPRESSÕES PESSOAIS NA MESMA.

Ao comparar essas duas formas de avaliação, pode-se perceber que a informal é realizada com base no sentimento do docente em relação ao aluno (gosta, não gosta, irrita-se, com o jeito do aluno, tem preconceito etc.) ou o que o docente acha de cada um deles. Isso significa que o modo como o professor se sente em relação a cada educando é elemento determinante para definir a nota que o aluno a recebe na avaliação.

Dessa forma, o aluno que corresponde às expectativas do professor certamente será beneficiado na composição da avaliação formal e da informal e terá uma nota melhor do que aquele sobre o qual o docente não tem boas impressões. Colocado de forma simples, o risco de o professor avaliar um aluno de forma injusta é real como consequência de suas impressões subjetivas.

Há um número de grandes preconceitos e pré-julgamentos que podem interferir injustamente na avaliação do desempenho de um educando por seu professor, como por exemplos: se o professor tem preconceito racial contra seus alunos

afrodescendentes, eles estarão sob o risco constante de serem avaliados negativamente. Um professor moralmente rígido (que é contra o divórcio e as novas formas de casamento, não aceita emancipação de mulher) terá dificuldade em aceitar uma criança que nasceu de uma mãe solteira por opção. (TRILHAS DO APRENDENTE, v. 5, p. 329).

Portanto, chega-se a conclusão que é imprescindível que se desenvolva e se aplique formas de avaliação mais objetivas nas escolas, que assegurem a validade dos resultados, isto é, que as notas/conceitos sejam mais próximo possível da aprendizagem do aluno.

2.4.2 Outros Tipos de Avaliação

- Avaliação diagnóstica: É uma modalidade de avaliação que é realizada em início do curso, do ano letivo, do semestre, trimestre, da unidade ou de um novo tema e pretende verificar o seguinte:

- Constatar deficiências em termos de pré-requisitos;
- Identificar alunos com padrão aceitável de conhecimento;
- Constatar particularidades.

- Avaliação formativa: Esse tipo de avaliação ocorre no transcurso do ano letivo. É através dela que se faz o acompanhamento progressivo do aluno; ajuda a desenvolver as capacidades cognitivas, ao mesmo tempo fornece informações sobre o seu desempenho.

- Informa sobre os objetivos se estão ou não a ser atingidos pelos alunos;
- Identifica obstáculos que estão a comprometer a aprendizagem;

Localiza deficiência e/ou dificuldades

- Avaliação Somativa: Esta modalidade de avaliação é uma avaliação classificatória, onde os alunos ao fim de um bimestre, trimestre ou semestre, do curso, do ano letivo, são classificados segundo níveis de aproveitamento.

2.4.2.1 Tipos de Testes Avaliatórios

A verificação e a quantificação (avaliação) dos resultados de aprendizagem no início, durante e no fim das unidades visam a sempre diagnosticar e ajudar na superação das dificuldades, corrigir falhas e estimular os alunos para que continuem se dedicando aos estudos. Sendo uma das funções da avaliação determinar o quanto e em que nível de qualidade estão sendo atingidos os resultados. Durante o desenvolvimento da aula acompanha-se o rendimento dos alunos por meio de exercícios, estudos dirigidos, trabalhos em grupo, observações do comportamento, conversas, recordação da matéria, são aplicadas provas ou testes de aproveitamento.

- Provas Orais: Essa forma avaliativa a base do diálogo entre professor e o aluno, obedece aos seguintes critérios:

- Criar condições favoráveis para que os alunos se sintam à vontade;
- Criar uma conversa amigável com o aluno para que este se sinta à vontade;
- Feita a pergunta, deve-se dar um tempo para que esta seja objeto de reflexão;
- O professor deve fazer perguntas claras precisas, diretas e formuladas de maneira pensada.

- Provas Escritas: Este é o tipo de prova que pode ser aplicada em qualquer aula, no início da aula seguinte, tem o objetivo de proporcionar a certificação sobre o aprendizado do aluno para o professor, para que o professor possa direcionar os rumos da nova aula;

Se vai revisar, retificar ou prosseguir, dependendo do desempenho dos alunos, da situação vivenciada no momento;

- Provas Práticas: Nesse tipo de prova o aluno é desafiado diante de uma situação problema que deve ser resolvido por uma realização material, um conhecimento de elementos visuais. Este tipo de prova é característico do Desenho Técnico.

- Critérios de Avaliação

- Tem que ser benéfica;
- Deve ser justa e uniforme;
- Deve ser global;
- Deve ser eficaz na produção e mudanças no comportamento;
- Deve estar ao alcance dos alunos;
- O processo de avaliação deve ser aberto;
- As conclusões finais devem ter certa validade e logo prazo;
- Deve ser praticável e não deve ser incômodo e nem inútil.

- As Técnicas e Instrumento de Avaliação

Técnicas e instrumentos de avaliação dependem:

- Dos objetivos de avaliação;
- Dos meios;
- Dos conteúdos;
- Disponibilidade de tempo;
- Número de alunos;
- O tipo de aluno;
- A faixa etária do aluno;
- As condições do ambiente/sala de aula

Para Gadotti (1990 – Op. Cit.) a avaliação é essencial à educação, inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão, sobre a ação. Entende-se que a avaliação não pode morrer. Ela se faz necessária para que possamos refletir questioná-la.

3. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Será que há uma melhor forma de ‘medir’ a aprendizagem? Quais os instrumentos de avaliação que melhor ajudam o docente na verificação da aprendizagem de seus alunos?

‘Tradicionalmente, provas e exames têm sido os instrumentos predominantes usados para avaliar os estudantes. A maioria dos professores podem avaliar as necessidades e os pontos fortes de seus estudantes através de provas que são realizadas em períodos específicos durante o ano escolar. Na maioria dos casos, não é permitido aos estudantes participar da avaliação de seu próprio progresso ou o que conseguiu realizar’. (UNESCO, 2004, p. 72. Tradução da autora).

No sistema educacional brasileiro, a prova escrita continua sendo aplicada como o principal instrumento de avaliação da aprendizagem escolar em quase todas as escolas. Isso é resultado da crença, ainda existente, de que a prova permite ao professor julgar e mediar o que cada um de seus estudantes aprendeu no mês, no bimestre e em semestres ao longo do ano.

Em geral a prova é individualizada, acontece em determinados períodos do ano, e a soma das notas (ou conceitos) de cada uma delas gera uma média final que aprova ou reprova o estudante. Gradualmente, contudo, ‘mais escolas e mais professores compreendem as limitações das provas por ser um procedimento de avaliação que não oferece uma visão total e acurada do progresso acadêmico do aluno’.

Em tal processo avaliativo, a relação docente-aluno é desigual, pois o professor é quem propõe (decide) o que avaliar e que procedimento usar na avaliação. É essa relação de poder entre o docente e o estudante que caracteriza a experiência escolar cotidiana, na qual não se incentiva a troca de idéias entre quem ensina e quem aprende. Cristalizou-se assim a cultura de que a avaliação é um instrumento de trabalho de uso exclusivo do docente, da qual os alunos não participam, (FERREIRA, 2007, p.74).

Esse tipo de avaliação tradicional e unilateral, na qual somente o professor tem poder, não responde mais às demandas de uma escola para todos, dentro da qual cada estudante tem um valor que deve ser reconhecido pela comunidade escolar, independente de sua origem, condição social, habilidades e necessidades, cor, raça, gênero, etc. A cada dia mais se tornam conscientes de que novas formas de avaliação do ‘rendimento’ dos estudantes são necessárias.

Como consequência é possível identificar hoje, nas escolas brasileiras, professores cuja prática pedagógica é mais inovadora, que procuram realizar avaliações menos tradicionais e mais participativas. Isso significa que, ao longo das semanas escolares, esses professores propõem atividades, desafios individuais ou em grupo e, ao mesmo tempo, acompanham e registram, informações relevantes sobre o desempenho de seus alunos. Os tempos mudaram, assim sendo, apenas a aplicação de provas não serve mais para a realidade de nossas escolas, características dos alunos e possibilidades de aprendizagens que extrapolam os muros e bancos escolares existentes no mundo de hoje. São necessários, assim, novas concepções e instrumentos, mais compatíveis e em sintonia com o mundo atual e com as novas gerações.

Com relação ao novo contexto educacional, Hoffmann (2006) argumenta que, embora as mudanças e conquistas, no campo da avaliação escolar, sejam lentas, elas estão em curso e já houve avanços. Segundo a autora, o maior desafio que se apresenta ao sistema educacional hoje é o de transformar as práticas avaliativas classificatórias, excludentes e elitistas (privilegia os melhores) em prática avaliativa, que ela denomina de mediadora. Segundo a autora, a avaliação mediadora é:

Uma avaliação a serviço da aprendizagem, do aluno, da promoção da cidadania, [cuja atitude docente se transforma em direção] à mobilização, à inquietação, na busca de sentido e significado para essa ação [e] da intenção diagnóstica [adotada nos métodos tradicionais, o professor passa] à intenção de acompanhamento permanente, de mediação, de intervenção pedagógica para a melhoria da aprendizagem. A visão unilateral (centrada no professor) e a unidimensional (centrada nas medidas padronizadas e na fragmentação disciplinar). [Finalmente, a avaliação mediadora não mais privilegia a homogeneidade da turma, a classificação do aluno e a competição, mas valoriza] o respeito à individualidade, à confiança na capacidade de todos, à interação e à socialização. (HOFFMANN, 2006, p. 19-20).

É importante lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), quando estabelece as diretrizes de organização e de funcionamento da Educação Básica, no sistema de ensino, já apresenta, em seu capítulo II, a nova orientação de avaliação

mediadora, quando estabelece, no Artigo 24, os critérios da verificação do rendimento escolar, a saber:

3.1 - A Verificação do Rendimento Escolar Observará os Seguintes Critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, como prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996, p. 10).

O texto da LDB indica, claramente, que o Governo Federal orienta os sistemas educacionais para que reduzam suas práticas de mensuração para ‘dar’ notas através de provas isoladas em passar a avaliar qualitativamente os progressos na aprendizagem dos alunos, de forma que as práticas classificatórias e excludentes sejam eliminadas do ensino brasileiro.

Na nova concepção educacional, os instrumentos de avaliação devem, portanto, ser aplicados durante todo o ano letivo, com vistas a avaliar todas as formas de expressão e de manifestação de conhecimento dos alunos durante a escolarização.

Tais instrumentos são diversos. Entre outros, podemos citar: observações do aluno e registros (anotações de dados relevantes), organização de portfólios de atividades e desafios cumpridos realizados (que são excelentes para uma avaliação participativa e continuada), realização de testes, desenhos, trabalhos variados (pesquisa, painel, elaboração de textos, etc.), análise de cadernos de casa e de classe, fichas de comportamento e, até mesmo, a realização de provas objetivas e/ou com questões abertas, com consulta ou prova ‘surpresa’.

3.2 A Avaliação e o Legalismo

Sob a égide da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), ficou determinado que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os aspectos quantitativos nos sistemas de ensino. Os resultados obtidos pelos alunos, ao decorrer do período letivo, devem ser mais valorizados que a nota de uma avaliação final.

A avaliação institucional, proposta pela LDB, no seu artigo 24, inciso V, estabelece as diretrizes abaixo, observando alguns critérios, ora delineados:

- Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- Aproveitamento de estudos de recuperação, de preferência paralela ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996, p.10).

Por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o que se faz necessário ser traçado como meta prioritária na educação tornou-se obrigatório. Nesse ínterim, cabe a escola a comprovação da eficiência dos estudantes nas atividades, ou seja, avaliar o êxito por eles alcançado no processo de ensino aprendizagem, mas quando se trata em comprovar esse êxito e como avaliar se torna um tanto complexo.

Qualquer medição requer a utilização de um instrumento de precisão, tais como: régua, balança, etc., mas, a avaliação, não restringe a uma medida de um objeto em observação, e sim um processo contínuo, que depende da desenvoltura do avaliador para se evitar julgamentos e avaliações precipitados, daí a importância de uma avaliação continuada, que absorva o desenvolvimento do educando em todos os aspectos.

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S/1996), retratam a avaliação como subsídio ao professor com elementos para uma reflexão sobre sua prática pedagógica. Com isso, é perceptível em diversos âmbitos da aprendizagem que a avaliação, de acordo com a concepção dos PCN'S, instrumentaliza o professor para um processo investigativo, para aplicabilidade do seu planejamento de acordo com o perfil dos aprendizes, buscando obter

informações sobre o que e como foi o aprendizado do aluno, possibilitando-o conscientizar-se de seus avanços e de suas dificuldades.

A avaliação é um processo que exige do professor uma observação sistematizada acerca dos seus alunos, para se ter um diagnóstico de como e o que estão aprendendo e em que atividades encontraram maior ou menor grau de dificuldade. Esse é o verdadeiro papel da avaliação dentro dos preceitos dos PCN'S, servindo de indicador para orientação à prática educacional e mostrando ao professor quando é preciso realizar ajustes no processo educativo.

Essa etapa do processo ensino aprendizagem não se restringe ao domínio de conteúdos, mas é extensivo, também, ao desenvolvimento de habilidades e capacidades. Portanto, o avaliar, compreende um conjunto de procedimentos que envolvem o processo ensino aprendizagem, que vai desde o modo de sentar, a socialização com colegas e professor, no empenho para solucionar problemas propostos, na participação em sala de aula, no cumprimento das tarefas e realização de trabalhos escolares, até às brincadeiras, no intervalo do recreio, etc.

Os PCN'S referendam a avaliação inicial da classe, em virtude dela oferecer ao professor elementos riquíssimos para se fazer um planejamento, determinando os conteúdos e respectivo grau de aprofundamento, notas, conceitos, etc. A escola precisa desses instrumentos para seus registros.

O aluno deve entender como está sendo avaliado, sendo ele provocado a fazer uma reflexão sobre os resultados obtidos e discutir com o professor e não apenas tomar conhecimento da sua nota. Outro aspecto fundamental é que nas atividades específicas de avaliação, uma prova, por exemplo, fique claro para o aluno o que se pretende avaliar e sejam usadas situações semelhantes à de aprendizagem. Esse processo de avaliativo, pode se tornar um instrumento de aprendizagem, e estimular o aluno a fazer a auto avaliação é uma forma de ele aprender a analisar seus trabalhos, desenvolvimento seu senso crítico e sua autonomia.

As propostas de avaliação à luz dos PCN'S minimizaram um dos piores problemas escolares, que é a reprovação, sempre associada ao fracasso. A reprovação será solução apenas para os casos muito específicos. Professor e aluno, juntos, vão detectar os problemas e encontrar as soluções antes de chegar a um resultado tão radical e negativo.

Neste contexto abordado pelos PCN'S, é possível perceber que esta seria a maneira ideal para se avaliar nas escolas, porém a realidade que encontramos é que este modelo de avaliação está muito longe de acontecer, com a proposta da progressão continuada para o ensino fundamental nas escolas públicas, ou seja, com o agrupamento da primeira ao quinto ano em um módulo e do sexto ao nono ano em outro módulo, deixando de lado o modelo

tradicional de seriação foi possível perceber que a avaliação perdeu o sentido, ou seja, antes os professores só realizavam provas para aprovar ou reprovar, com a não reprovação a avaliação passou a vista como desnecessária.

Nesta perspectiva, as escolas passam por um período de abstinência intelectual, pois um aluno chega à oitava série analfabeto e desta forma é possível perceber que não houve nenhum tipo de avaliação ou reflexão em torno da aprendizagem deste aluno, ou seja, com a aprovação automática os professores adotara a ideia de que não reprovação significa não avaliação, se não reprova não há necessidade de avaliar, segundo FRITAS (2003) a progressão continuada não se contrapõe a seriação, ela apenas limitou o poder de reprovar que a avaliação formal tinha ao final de cada série.

O regime de progressão continuada visa o acompanhamento do aluno e sua progressão continua de uma série para outra respeitando ritmos e interesses individuais, não significa abandonar as práticas avaliativas, estes regime torna-se coerente quando utiliza o princípio de avaliação mediadora.

Para HOFFMANN (2000, p. 24), “qualquer proposta de promoção automática que desperte tais considerações pelos educadores, sem o repensar da prática avaliativa no ensino fundamental corre o risco de maximizar o abandono às nossas crianças”.

O processo de avaliação tem se constituído em um desafio para o professor de Educação Básica, as políticas de avaliação instituídas para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam aspectos contraditórios, tanto no que se refere à operacionalização das modalidades de avaliar, quanto do cotidiano da sala de aula.

Para LUCKESI (2006, p. 66): “A prática de avaliação escolar tem estado contra a democratização do ensino na medida em que ela não tem colaborado para permanência do aluno na escola e a sua promoção qualitativa”.

À medida que analisamos a realidade da avaliação no sistema de ensino atual é possível perceber que as formas avaliativas nas escolas não vão mudar em decorrência das leis, decretos ou resoluções, mas sim a partir de um compromisso dos educadores com a realidade educacional e social que enfrentamos.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho emerge como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação e Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, com o objetivo de conhecer e discutir acerca das práticas pedagógicas dos professores da Educação Infantil do Ensino Fundamental. No segundo semestre de 2013 estudamos o componente curricular Avaliação da Aprendizagem e durante os estudos foi oportunizado à realização de uma pesquisa na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A proposta da pesquisa foi à observação à prática avaliativa desenvolvida pelos professores deste nível de ensino e que através dos elementos teóricos apresentados respondêssemos a seguinte questão: Qual a concepção e a prática dos professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental? As atividades de pesquisa foram realizadas na Escola Municipal Ilma Ramalho da cidade de Pilões-PB.

Como instrumento de coleta de dados, formulamos um questionário com sete perguntas abertas buscando abordar os objetivos específicos da pesquisa. As perguntas referiam-se a análise das práticas avaliativas de professores, identificando os tipos de instrumentos utilizados em aula e verificando a relação existente entre a aplicação dos instrumentos e o processo de desenvolvimento da aprendizagem nos alunos. Para viabilizar a observação, que ocorreu entre os dias 15/03/2014 a 15/04/2014, foi preciso uma autorização da Diretora da Escola. Durante este período, destacamos que alguns professores negaram-se a responder o questionário, alegando falta de tempo. Somente três professores concordaram em responder, contribuindo de maneira proveitosa para nossos estudos e pesquisa. Seus nomes não serão citados, para preservar a identidade dos mesmos.

As respostas dos questionários, intercalados com a fundamentação teórica dos autores trabalhados, possibilitou algumas reflexões. Em um primeiro momento destacamos o desenvolvimento da pesquisa, em seguida relatamos as práticas observadas a partir da relação com a teoria estudada, concluímos buscando refletir sobre a distância entre as práticas observadas e as estudadas. O distanciamento entre o que se diz e o que se faz no cotidiano das práticas avaliativas escolares.

Durante os estudos realizados neste componente curricular, compreendemos que a avaliação em nada tem em comum com o processo classificatório tão vigente no espaço

escolar. Desde a idade média até os dias atuais, muitos docentes têm utilizado a avaliação como ato de examinar, selecionar e excluir. No trecho extraído da própria obra de Tyler (1983, p. 98), o autor ressalta que: Deve ficar claro que a avaliação torna-se um processo cuja finalidade é verificar até que ponto as experiências da aprendizagem, tais como foram desenvolvidas e organizadas, estão realmente produzindo os resultados desejados [...]. Foi nesta visão Tyleriana de avaliação que elaboramos sete perguntas abertas que foram direcionadas a três professoras, estas perguntas tinham a finalidade de viabilizar ao docente expor sua concepção de “avaliação”. Na construção do questionário e nas observações estávamos atentas em perceber sem fazer julgamentos prévios, quais eram as concepções e quais usos as docentes faziam em sala de aula do processo avaliativo.

4.1 Análise e Interpretação de Resultados

Na análise da **Questão 1 (O que é avaliar?)** percebemos que a professora P1 vê a avaliação como parte contínua do processo de ensino/aprendizagem, onde a interação entre professor e aluno é fundamental. A professora P2 vê avaliação como registro que possibilita o armazenamento do conhecimento do aluno. A professora P3 acredita que é através dos instrumentos avaliativos que se pode contribuir para um melhor desenvolvimento da aprendizagem. Sintetizando as respostas percebemos que **P1** e **P3** utilizam a avaliação como instrumento que possibilita uma melhoria na qualidade do aprendizado, enquanto **P2** utiliza os instrumentos avaliativos para armazenar o conhecimento e mais tarde (no fim de cada unidade) classificar.

Conforme Luckesi (2011) um gestor, caso seja necessário, precisa intervir para melhoria dos resultados da aprendizagem do educando. Assim podemos constatar que **P2** tem uma concepção equivocada do que venha ser o ato de avaliar, pois a avaliação faz parte de um processo que envolve um diagnóstico, uma tomada de decisão e uma intervenção quando necessária, visando sempre o sucesso escolar do aluno, e não, uma classificação.

Na análise da **Questão 2 (Qual a finalidade de se avaliar um aluno?)** as três docentes disseram que avaliam seus alunos para conhecer seu desempenho e planejar as intervenções necessárias. As respostas das professoras nos permitiram fazer uma ponte com o conceito de “Avaliação Formativa”, que segundo Pernoud (1999, p. 14 apud REHEM, 2008, p.29) “a avaliação deve contribuir para o desenvolvimento e formação do sujeito no processo

educacional”. Nesta perspectiva, a uma certificação de que a avaliação não deve excluir e classificar os alunos, e sim contribuir para formação de um indivíduo autônomo na sociedade. Na análise da **Questão 3 (Qual a relação entre seu plano de ensino e o ato de avaliar?)** percebemos que tanto **P2** quanto **P3** tiveram dificuldades, pois suas respostas não corresponderam ao enunciado da questão, mesmo a pergunta sendo clara e objetiva. Diante desta situação, nos propusemos a fazer um breve julgamento, pois chegamos à conclusão que as professoras **P2** e **P3** não conseguiram responder a questão pela falta de conhecimento do assunto.

Talvez elas não tenham alguém que as oriente e lhe mostre que todas as ações avaliativas devem começar pelos objetivos do plano, assim a avaliação é parte indissociável do plano de ensino. Segundo Ralf Tyler (1975) para que se tenha desenvolvimento educacional à avaliação deve começar pelos objetivos do plano, pois o processo de avaliação consiste em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo alcançados.

A docente **P1** respondeu que a avaliação é parte integrante do plano, por fazer parte do processo de ensino de aprendizagem. Sabemos que é através desta relação avaliação/objetivo que se pode identificar o que precisa ser melhorado no plano, assim a avaliação constitui parte importante no desenvolvimento e reformulação do Currículo Escolar.

Na análise da **Questão 4 (Qual seria o momento mais oportuno para submeter um aluno a um processo avaliativo?)** foi possível perceber um pensamento unânime, sintetizando as respostas, as três docentes disseram que a avaliação deve ser feita diariamente, para analisar o progresso do aluno, porém **P1** avançou em sua resposta, por acreditar que o aluno não é o único avaliado e que a avaliação engloba o todo e não apenas uma parte.

É importante destacar que a aplicação dos instrumentos tem o objetivo de coletar dados que oferecem informações sobre o desempenho dos alunos, mas também contribuem para avaliar a prática do professor guiando-o naquilo que precisa melhorar. Mitfessel e Michael (1976, apud REHEM, 2008, p.22) afirmam que o professor precisa estar atento a recompilação e combinação dos dados, abrindo mão de uma avaliação desumana e antidemocrática, o professor ele não é o dono da verdade, aquele que possui o saber supremo e acabado, a momentos que a ação docente precisa ser revisada, modificada no intuito de atender a necessidade do aluno.

Então, através do ato avaliativo o professor percebe em que sua ação precisa ser melhorada para elevar o aluno ao nível de aprendizagem desejado no plano de ensino.

Na análise da **Questão 5 (Qual o instrumento avaliativo que mais utiliza? Por quê?)** **P1** respondeu que utiliza o portfólio, pois é através deste método que acompanha a

evolução diária de todos os alunos, **P2** respondeu que utiliza todos os instrumentos avaliativos que possibilita o levantamento de dados cognitivos do aluno e **P3** respondeu que utiliza a observação e as atividades diárias. Conforme Tyler (1975) “toda situação avaliativa é o tipo de situação que dá aos estudantes uma oportunidade de expressar o tipo de comportamento que está procurando avaliar”.

Quando as professoras responderam que o utilizam os instrumentos avaliativos durante todo o processo, subentende-se que utilizam a avaliação tanto no início quanto no final do processo de ensino, esta afirmativa corresponde justamente a que a teoria Tyleriana vem nos alertar, pois a avaliação deve envolver mais que uma simples apreciação, se o intuito for verificar se ocorreram mudanças no processo de aprendizagem, é necessário fazer uma apreciação na fase inicial e outra mais tarde.

Cabe ressaltar que durante uma de nossas observações em sala da **P3** presenciamos o uso incorreto da atividade em classe como instrumento avaliativo. A docente pediu que a turma respondesse uma atividade de Língua Portuguesa, e um dos alunos se recusou, justificando não saber responder, no mesmo instante com o tom em voz alta, a **P3** disse para o aluno: “Não vou perder meu tempo com você, você não quer nada mesmo”. Ao fazer julgamento prévio da realidade, a docente impede o desenvolvimento da aprendizagem do seu aluno. De acordo com nossos estudos constatamos que a professora enquanto possuir este comportamento, não conseguirá agir eficazmente sobre a realidade de sua turma.

Como citado por Luckesi: [...] É necessário tomar a realidade investigada da forma que se apresenta e nada mais [...] Quando suspendemos nossos julgamentos sobre pessoas e situações, a abrangência de nossa percepção amplia-se; soltamos as marras e os contornos do que consideramos “certo ou errado” a fim de estarmos atentos ao que acontece e, para assim evitarmos impor a realidade o que supomos que ela deveria ser (LUCKESI, 2011, p. 267).

Na maioria das vezes nós seres humanos temos o olhar voltado sempre para o ponto negativo, desta forma perdemos as possibilidades de ver o lado bom das coisas, das pessoas que vivem ao nosso redor. No ambiente escolar, não acontece diferente, por isso o docente precisa ter disposição psicológica para acolher a realidade de seus alunos como ela é sem levantar julgamentos. **P3** não quis saber qual era a dificuldade do aluno em responder a atividade, ela simplesmente julgou o aluno com base em seu ponto de vista.

Cipriano Luckesi (2011) escreve que “um recusado distancia-se ou é distanciado e por isso não poderá ser auxiliado em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento”. No momento em que **P3** julgou que o aluno não conseguia responder as questões porque ele não queria nada com os estudos, automaticamente o aluno ficou excluído do processo de ensino, a

professora tinha que primeiro acolher a realidade sem qualquer discriminação, ou seja, primeiro ela tinha que descobrir onde estava à dificuldade do aluno, para depois decidir o que fazer, e sua decisão envolvem ações que o conduz a avançar diante da dificuldade apresentada. Temos visto vigente em nosso espaço escolar, professores avaliando o comportamento de seus alunos, onde os alunos que sentam na frente são os mais inteligentes e merecem as melhores notas, os alunos que sentam no fundo são os “burros” e bagunceiros, que merecem as notas baixas. Devido estes julgamentos o sistema escolar brasileiro tem contribuído para manutenção da classe dominante e é fortemente marcado pelo grande índice de reprovação e evasão escolar.

Na análise da **Questão 6 (Quais as decorrências - pontos positivos e negativos - de submetemos os alunos a um sistema de notas?)** verificamos que as respostas foram bastante distintas, **P1** respondeu que diante da heterogeneidade encontrada na sala de aula, a classificação através de nota é injusta afirmando que “esse sistema trata os alunos como se todos estivessem no mesmo nível.” Analisamos que **P1** avalia o que o aluno aprendeu e não o que ele deixou de aprender, pois valoriza os domínios adquiridos, por menores que sejam. **P2** respondeu que é através da nota que o aluno tem a possibilidade de avaliar seu próprio rendimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da aprendizagem, como parte contínua e integrante do processo ensino-aprendizagem, não pode ser vista como um elemento estranho a este processo. Buscando-se compreender esta prática pedagógica, utilizou-se como método de coleta de dados os questionários, e a pesquisa qualitativa com o desígnio de conhecer o perfil e as opiniões dos professores sobre o objeto em estudo.

Apesar da falta do Projeto Político Pedagógico na Escola em estudo, constatamos que a professora segue, como forma de avaliação, o registro de desenvolvimento do aluno através do caderno de acompanhamento, parecer descritivo e observações. Segundo Luckesi, 2002 p. 28 “Entendemos que avaliação não se dá, nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação traduzido numa prática pedagógica”.

Os conteúdos são informações ordenadas numa sequência lógica e psicológica. Os métodos são procedimentos e técnicas para transmissão e recepção de informações. O professor e o aluno têm uma relação objetiva onde o professor transmite informações e o aluno vai fixá-las. A aprendizagem é baseada no desempenho (notas). Na concepção metodológica da escola, pode observar que a mesma objetiva a formação integral do aluno incentivando sua participação nas constantes transformações da sociedade em permanente transição.

Traçando um paralelo sobre os modelos de avaliação, sob o prisma da visão tradicionalista vislumbramos: Uma ação individual e competitiva; concepção classificatória; apresentação de um fim em si mesmo; postura disciplinadora e diretiva do professor; privilégio à memorização e pressuposição à dependência do aluno.

No que se refere ao modelo adequado, pode-se perceber então um antagonismo de concepções como: Ação coletiva e consensual; Concepção investigativa e reflexiva; Atuação como mecanismo de diagnóstico da situação; postura cooperativa entre professor e aluno; privilégio à compreensão e incentivo à conquista da autonomia do aluno.

Diante do exposto, como argumentação sugestiva, aponta-se para uma política educacional que invista na construção de propostas de avaliações que pontuem acerca de princípios norteadores que tenha a finalidade de subsidiar as instituições educacionais na definição de propriedades e encaminhamento de decisões que possibilitem o seu aprimoramento, com vistas ao desenvolvimento de todo o alunado.

Também os resultados da avaliação devem ser analisados como indicadores para análise do papel e da função desempenhadas pelas instâncias governamentais, na construção de uma educação de qualidade para toda a população.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENRICONE, D., GRILLO, M. (orgs) **Avaliação: uma discussão em aberto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ESTEBAN, M.T. **Jogos de encaixe: educar ou formatar desde a pré-escola?** In: GARCIA, R.L. . Revisitando a pré-escola . São Paulo. Cortez. 1993.

HERNÁNDEZ, F. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtiva**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Medidora: uma pratica em construção da pré-escola á universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

_____. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Lei número 9.394: Brasília, 1996.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação de aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo. Cortez, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa Ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TRILHAS DO APRENDENTE, Volume 5 – Pedagogia à Distância - UAB-UFPB-Centro Educacional, 2009.

XIMENES, Sergio. **Mini-Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ediouro, 2000.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

- 1) O que é avaliar?**
- 2) Qual a finalidade de se avaliar um aluno?**
- 3) Qual a relação entre seu plano de ensino e o ato de avaliar?**
- 4) Qual seria o momento mais oportuno para submeter um aluno a um processo avaliativo?**
- 5) Qual o instrumento avaliativo que mais utiliza? Por quê?**
- 6) Quais as decorrências - pontos positivos e negativos - de submetermos os alunos a um sistema de notas?**

APÊNDICE B

Outras formas de avaliação



Oficina de pintura e colagem.



Cinema na escola



Atividade lúdica de contextualização com a literatura infantil.



Oficina de teatro na escola



Brincadeiras infantis.



Oficina de teatro e dança.